

Langoni pede reunião de emergência

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, revelou ontem em Washington que pediu entrevistas com os presidentes dos bancos centrais de 11 países industrializados, para superar "obstáculos imprevistos" ao refinanciamento da dívida externa. Ao mesmo tempo, soube-se que o governo deu novo prazo, até o dia 17, quarta-feira, para que os banqueiros completem a quantia necessária ao refinanciamento.

A partir daí, o governo ameaça divulgar semanalmente as cifras correspondentes aos depósitos interbancários, com a finalidade de deixar em ma situação, perante as demais instituições financeiras, os bancos que se recusam a colaborar.

Segundo fontes bancárias de Nova York, a advertência está contida em telex mandado a várias instituições na última quarta-feira, com a assinatura de Langoni e dos quatro bancos que coordenam a renegociação da dívida (Citibank, Morgan, Chase e Bankers Trust).

As fontes comentaram que a decisão do governo de "jogar forte" frente a alguns bancos "pode ter êxito", porém, "se pressionar muito, o tiro pode sair pela culatra". Em Nova York, todos parecem concordar que a disposição de "pôr no pelourinho" esses bancos é um "ato de desespero".

Não faltariam razões para isso, dizem: a recusa de alguns bancos pode provocar o malogro de toda uma complexa operação planejada cuidadosamente pelo menos desde meados do ano passado, em conjunto com os principais credores do País. Isto porque de nada adiantariam os empréstimos já conseguidos desde dezembro: o dinheiro ainda não é bastante para cobrir o déficit de recursos, e impedir uma moratória formal. Por causa da recusa de uns poucos bancos em ajudar, o próprio Fundo Monetário Internacional deixaria de aprovar o crédito de US\$ 4,9 bilhões, até agora tido como certo.

O telex salienta que quase todo o projeto de refinanciamento está completo, faltando restabelecer os níveis de créditos que os bancos brasileiros que atuam no Exterior tinham em 30 de junho do ano passado. As dificuldades são tantas que o governo decidiu reduzir em 13% o seu pedido de recursos para este programa. Mesmo assim, ainda faltam US\$ 2 bilhões para elevar o total de disponibilidades para US\$ 7,5 bilhões (87% do pedido original), mínimo necessário para ajustar a situação do crédito interbancário. Entre os responsáveis por esta situação, figuram 17 bancos italianos, que só concordaram em renovar linhas de crédito de US\$ 34 milhões, em contraste com um pedido de US\$ 420 milhões.

As outras três partes do plano de refinanciamento estão quase prontas. Dos US\$ 4,4 bilhões de novos empréstimos, US\$ 4,32 bilhões estão assegurados; 136 bancos concordaram em ajudar, enquanto ainda se espera a resposta dos outros 34. O pedido de reescalonamento dos US\$ 4 bilhões que vencem este ano foi aceito por 502 bancos, aguardando-se a aprovação dos 35 restantes para este final de semana. A solicitação para que se mantenham abertas as linhas de crédito para o comércio obteve mais do que se pretendia: o pedido era de US\$ 8,8 bilhões e estão comprometidos US\$ 9,35 bilhões.

Crédito-prêmio: acordo com EUA sai na semana que vem.

Na próxima semana, representantes dos governos brasileiro e norte-americano vão formalizar o acordo pelo qual os Estados Unidos aceitam que o Brasil continue concedendo crédito-prêmio de 11% às exportações de produtos manufaturados, até o dia 30 de abril de 1985. Essa informação foi transmitida ontem de Washington, pelo ministro Ernane Galvão, da Fazenda.

As discussões em torno desse acordo foram iniciadas em novembro do ano passado, quando o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, esteve no Departamento de Comércio norte-americano comunicando a decisão do governo brasileiro de manter por mais dois anos a vigência do crédito-prêmio. O acordo deveria ter sido assinado pelo ministro da Fazenda e o assessor especial para assuntos de comércio da Casa Branca, William Brock, quando o presidente Ronald Reagan esteve em Brasília, no início de dezembro. Contudo, problemas técnicos de última hora adiaram essa assinatura, que deverá concretizar-se na próxima semana, conforme informa o ministro.

Caso não fosse feito esse acordo, o Brasil perderia o direito de continuar dando o crédito-prêmio às suas exportações para os Estados Unidos, já que em 1981, quando o Brasil revigorou o crédito-prêmio, assumiu compromisso, com as autoridades norte-americanas, de eliminá-lo progressivamente até março deste ano. O novo acordo, além de manter a vigência do mecanismo de incentivo às exportações até abril de 1985, formaliza o fim do acordo que previa a extinção do crédito-prêmio em março deste ano.

O ministro da Fazenda e seus assessores que se encontram em Washington participando da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão mantendo entendimentos com os secretários de Comércio dos Estados Unidos, Malcolm Baldrige, e do Tesouro, Donald Regan, no sentido de pôr fim aos processos anti-subsídios e anti-dumping abertos pelo governo norte-americano contra exportações brasileiras de produtos siderúrgicos. Discutem, também, a possibilidade de estabelecer um acordo que garanta mercado para produtos brasileiros, especialmente os da área siderúrgica, como chapas de aço, fio-máquina, tubos e bobinas.

Mais Imposto

Apesar disso, o Banco Central informou ontem que as vendas de tubos de aço comum ou de ferro com costura para os Estados Unidos sofrerão, a partir da próxima quarta-feira, o ônus do imposto de exportação, à alíquota de 13,3%. Também no dia 16, a alíquota do imposto sobre as exportações de chapas de ferro ou de aço, laminadas à quente ou a frio, sofrerá aumento de 12,1% para 12,53% e a incidente nas vendas de fio-máquina de aço carbono, de 14% para 15,5%. Apenas a cordoalha de aço para concreto pretendido terá a carga tributária reduzida de 14,41% para 13,89%.

Através de Resolução nº 798, o Banco Central estabeleceu ainda que, no cálculo do imposto sobre as vendas ao mercado norte-americano de matérias-têxteis, de obras de couro, borracha, plástico e outras, fios de algodão, ferro gusa, tesoura e óleo de mamona, será tomado como base o valor FOB das mercadorias, deduzidas a comissão de agente ou representante no Exterior, quaisquer reduções no preço, inclusive abatimentos e descontos; multas contratuais e a parcela do valor CIF das mercadorias importadas sob regimes aduaneiros especiais que, após as deduções anteriores, exceda a 25% do valor FOB do produto exportado.